A Comissão Pastoral da Terra e os 30 anos de documentação sobre o campo brasileiro (1985-2014)

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

gustavocepolini@usp.br

Ricardo Manffrenatti Venturelli

ricardoventurelli@usp.br

Resumo

A atual luta pela terra e território no Brasil é oriunda de inúmeros conflitos e disputas que permeiam a história do país. A partir dessa premissa, o presente ensaio visa analisar o papel da Comissão Pastoral da Terra (CPT), cujas ações são norteadas por diferentes registros dos conflitos no campo e, sobretudo, por fortalecer a luta e resistência dos camponeses. Por isso, trata-se de uma instituição com inúmeras facetas ao assumir um amplo compromisso conjuntamente com os camponeses e trabalhadores. Dessa forma, as análises de alguns dados no período de 1985 a 2014 permitem inferir sobre a teoria do conflito e a barbárie no campo brasileiro, cuja alternativa perpassa uma ampla "reforma agrária popular e agroecológica".

* * *

PALAVRAS-CHAVE: luta pela terra, Comissão Pastoral da Terra, campesinato, conflito.

Introdução

> Enquanto for preciso publicar um relatório anual de conflitos no campo, não haverá paz nem no campo, nem na cidade.
>
> Dom Pedro Casaldáliga (CPT, 2010, p. 7).

A epígrafe escolhida para iniciarmos as análises sobre o campo brasileiro remete primeiramente ao fato que a luta pelo acesso à terra é constante e conflitiva no país. Dessa forma, a resistência dos camponeses enquanto classe social fomenta uma disputa acirrada frente o modelo de "desenvolvimento" territorial do agronegócio, ancorado nas terras públicas (devolutas) griladas, nos agrotóxicos, no trabalho escravo, nas monoculturas (*commodities*), no latifúndio, e nas bolsas de mercadorias e de futuro, associadas aos monopólios mundiais.

É importante ressaltar que a interpretação aqui discorrida sobre a classe camponesa remete a interpretação de que o campesinato apresenta relações de trabalho contradizentes ao capital; cria condições de entender os processos históricos dentro de um processo multilinear. O campesinato é uma classe transcendente como afirma Chayanov (1974), não sendo vinculada a nenhum modo de produção específico, coexistindo em todos eles, tal como no capitalismo, em que as relações contraditórias de produção abrem margem para uma produção não tipicamente capitalista. Dessa forma, Chayanov (1974) traz uma simples, mas esclarecedora consideração sobre a diferença entre uma unidade de produção capitalista e uma unidade de produção camponesa, partindo do pressuposto do balanço entre o trabalho e consumo.

> (...) podemos afirmar con certeza que mientras el tamaño de la unidad agraria capitalista es teóricamente ilimitada, la extensión de la unidad domestica de exploración agraria está naturalmente determinada por la relación entre las necesidades de consumo de la familia y su fuerza de trabajo (CHAYANOV, 1974 p. 89)

O campesinato baseia-se na relação de trabalho familiar, cuja produção camponesa é para o consumo e aquisição de mercadorias. Trata-se de uma autonomia ímpar e que não está sujeita ao capitalismo. Todavia, sofrem exploração nessa relação intrínseca com o capital, sobretudo, através da sujeição de sua renda ao capital (BOMBARDI, 2004).

Diante dessa breve conceituação, as análises dos conflitivos envolvendo o campesinato vêm sendo comprovadas sistematicamente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que desde 1975 organizou-se em Goiânia-GO, para defender

conjuntamente os "caídos do campo vítimas do golpe militar de 1964, dado com o objetivo, entre outros de impedir que o trabalhador rural chegasse à cena política" (BALDUÍNO, 2004, p. 21). Os camponeses poderiam, portanto, sindicalizar-se, mas sem chegar à cena política.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a CPT criada pela Igreja Católica, ou mesmo, por parte dessa, representa alguns anseios da transformação social e territorial no país ao defender os camponeses expropriados da terra[1]. Por isso, sua atuação propiciou a gestação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), entre outros movimentos socioterritoriais que lutam pela reforma agrária e contra as inúmeras injustiças sociais no campo e na cidade.

Nesses últimos trintas anos ocorreu uma expansão e um fortalecimento do agronegócio (agricultura capitalista) no Brasil, em detrimento da reforma agrária. Nesse sentido, pode-se afirmar que a estrutura fundiária do Brasil tem duas características fundantes: a grilagem das terras públicas e a concentração de terras.

> Assim, novos sujeitos sociais passaram atuar nesses conflitos por terra e território. Ao lado dos camponeses sem terra que diminuíram seu envolvimento com a luta pela terra e pela reforma agrária, despontaram os camponeses posseiros na luta pela terra. E, por outro lado, emergiram também os povos indígenas e quilombolas em luta pela demarcação de seus territórios ainda não demarcados pelo Estado (OLIVEIRA, 2015 p.16)

Esse cenário de luta contra o agrobanditismo[2] moderno revela a barbárie, cujos registros são assustadores. E, mesmo nessas contradições, há luta e resistência para conquista da terra de trabalho e vida.

A Comissão Pastoral da Terra e o campo brasileiro

No decorrer dos últimos trinta anos (1985 – 2014), a CPT por meio de seus inúmeros agentes pastorais, militantes, religiosos, missionários, pesquisadores, etc., vem registrando os conflitos no campo brasileiro e divulgando-os no Caderno "Conflitos no Campo Brasil". Trata-se de uma missão testemunhal e profética, "(…)

1 A CPT denomina como "trabalhadores e trabalhadoras da terra, termo que engloba as mais diferentes e diversas categorias de camponeses, indígenas, assalariados rurais, comunidades tradicionais e pescadores artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana" (CPT, 2015 p. 09).

2 Refere-se ao aos mecanismos utilizados por determinados agentes ligados ao campo para reafirmarem o seu poder de mando no país como cunhou Oliveira (2010). Como exemplo, ressalta-se a transferência de milhares de hectares de terras públicas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA para os grileiros ligados à madeireira, pecuária, soja, etc. Trata-se de uma política delapidadora do patrimônio público em consonância com o desmatamento, ameaças e assassinatos de camponeses, posseiros, indígenas, lideranças, etc, sobretudo, na Amazônia.

a serviço dos pobres da terra, dando-lhe voz e vez diante da violência do latifúndio apoiado no poder público" (CPT, 2009, p. 07).

Nesse sentido, é preciso ter clareza de que a CPT através dos Cadernos – Conflitos no Campo Brasil, além de registrar as diferentes lutas no campo brasileiro, atua denunciando a criminalização das organizações camponesas, indígenas, quilombolas, atingidos por barragens, entre outras populações tradicionais que muitas vezes,

> (...) se viram sozinhas numa desigual correlação de forças no enfrentamento do gigantesco bloco do judiciário, do executivo, das CPIs do legislativo, comandadas pela bancada ruralista e o empresariado rural, com toda a cobertura da mídia com sua influência sobre a opinião pública (BALDUÍNO, 2010 p. 08).

A CPT estrutura a documentação nas seguintes temáticas: terra, água, trabalho, manifestações, violência e histórico. Dessa maneira, a CPT assume sua ação pastoral da Igreja, firmando sua raiz e fonte no Evangelho e como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas. E, desde 2013, conta com o renomeado "Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno", que além de sistematizar e armazenar os dados propõe uma metodologia para os trabalhos realizados nas últimas décadas.

Em relação ao conceito de conflito, o reconhecem como sendo:

> (...) as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2015 p. 13).

A partir dessa breve conceituação que sem dúvidas perpassam pelo conflito de classes, apresentam outras secundárias, as quais norteiam o Caderno de Conflitos no Campo Brasil e expõem a situação dos conflitos sociais no campo brasileiro que não cessaram na primeira década do século XXI e persistem frente a não reforma agrária, a contrarreforma agrária e a reforma agrária mínima governos petistas (Lula e Dilma), como as denominou Oliveira (2010, 2015). Todavia, cabe salientar que desde os governos pós-ditadura militar, com o 1º PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) no governo Sarney até o 2° PNRA no primeiro mandato do governo Lula e até este momento, pouco se avançou no que se refere aos programas de acesso à terra no país.

- **Conflitos por Terra** são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito

ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc[3].

- **Conflitos Trabalhistas** compreendem os casos em que a relação entre trabalho e capital indicam a existência de trabalho escravo, superexploração.
- **Conflitos pela Água** são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas, contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragens, que lutam pelo seu território e do qual são expropriados[4].
- Por **Violência** entende-se o constrangimento e/ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.
- As **Manifestações** são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras da terra que protestam contra atos de violência sofrida ou de restrição de direitos, reivindicando diferentes políticas públicas e/ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas[5].

Tomando como base essas conceituações gerais presentes nos Cadernos Conflitos no campo Brasil, é necessário conhecer os dados iniciais sobre o campo brasileiro nesses últimos trinta anos. A tabela a seguir cumpre esse papel e revela parte das contradições em diferentes governos.

3 Incorpora também os acampamentos e ocupações.

4 Pode-se mencionar ainda os conflitos em tempo de seca, em áreas de garimpo e sindicais. A CPT faz tais registros e os publicam "apenas quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito" (CPT, 2015, p. 14).

5 São excluídos dos registros: 1. Casos de violência, inclusive assassinatos, que acontecem no âmbito rural e não tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou na defesa de direitos por trabalho realizados no campo; 2. Casos de conflitos pela posse, uso ou ocupação da terra em áreas urbanas. Excetuam-se os casos em que a disputa pela terra se dá por comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, etc…) mesmo que se dê em área urbana, pois defendem um modo de vida rural. 3. Conflitos entre latifundiários ou grandes empresários do agronegócio; e, 4. Casos de Trabalho Escravo em atividades urbanas — (São apenas citados na publicação como nota de rodapé) (CPT, 2015, p. 12-3).

Tabela 1. Conflitos e assassinatos no campo brasileiro (1985-2014).

Governo	Período	Conflitos	%	Assassinatos	%
Sarney	1985-89	3489	11,8	705	41,6
Collor/Itamar	1990-94	2175	7,4	258	15,2
FHC 1º	1995-98	3140	10,6	174	10,3
FHC 2º	1999-02	3448	11,6	120	7
Lula 1º	2003-06	7029	23,7	189	11,1
Lula 2º	2007-10	5078	17,1	115	6,8
Dilma	2011-14	5279	17,8	135	8
TOTAL	-	29638	100	1696	100

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (1985, 1988, 1992, 2010, 2015)[6].

Para tecer algumas considerações sobre esses dados é necessário salientar e concordar com o professor Alberto Moreira ao afirmar que a tabela esconde o rosto, oculta os olhos, não mostra a história (BALDUÍNO, 2010). Nesse sentido, deve-se escancarar os dados estatísticos por meio de uma análise crítica e, por vezes, propositiva ao assumir a necessidade de uma ampla reforma agrária, que infelizmente não ocorreu nesses últimos trinta anos.

Em relação aos dados da Tabela 1, vale salientar que todos são oriundos dos Cadernos — Conflitos no Campo Brasil nas respectivas edições: 1985, 1988, 1992, 2010 e 2015. No entanto, consultando a *release* da Assessoria de Comunicação da CPT – Secretaria Nacional, de abril de 2015, pode-se deparar com alguns números um pouco divergentes para o período de 1985 a 2014, ao registarem:

- 29.609 conflitos, sendo 23.079 conflitos por terra, incluídos aqui as 7.204 ocupações e 957 acampamentos;
- 4.389 conflitos trabalhistas, sendo 3.128 por trabalho escravo;
- 836 conflitos por água, os quais constam separadamente a partir de 2002, antes desta data os conflitos eram identificados como conflitos por terra e conflitos gerados pela construção de barragens.
- 1.305 outros conflitos, como conflitos por seca, em áreas de garimpo, etc.

Ainda sobre a Tabela 1, nota-se que o governo Sarney (1985-1989), foi o período com o maior número de assassinatos no campo, responsável por 41% do

6 Todos os Cadernos dos "Conflitos no Campo Brasil" estão disponíveis em: <http://cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 14 abr. de 2015.

total nos últimos 30 anos[7]. Porto-Gonçalves e Alentejano (2010) já indicavam que era a maior média, e que não seria igualada. Na sequência nota-se o governo Collor/Itamar com 15,2%, e somando os dois mandatos de Lula temos um total de 17,9%, de FHC 17,3% também nos dois mandatos e um montante de 8% no governo Dilma[8].

Quando se observa os conflitos no campo, pode-se afirmar que o governo Lula lidera o ranking ao atingir a marca de 40,8% nos dois mandatos (2003-2010). Somados aos 8% do governo Dilma (2011-2014), os governos petistas concentram 48,8% dos conflitos no campo brasileiro nos últimos 30 anos. Parte das respostas para tal cenário encontra-se no fato de abandonarem a reforma agrária ou fazerem nas áreas de interesse do agronegócio, seguido da regularização da grilagem das

7 No período de 1964-1985, ou seja, durante a Ditadura Militar 1.106 pessoas são assassinadas em conflitos no campo (OLIVEIRA, 1996).

8 Porto-Gonçalves e Alentejano (2010, p. 110), dividem e caracterizam esses períodos da seguinte maneira: "**1º Período: entre 1985 e 1990** — Predomínio da violência do Poder Privado. O destaque é para o número de pessoas assassinadas. A média anual deste período não será igualada. **2º Período: entre 1991 e 1995** — Retomada paulatina da ação dos movimentos sociais com o aumento de 38% na média anual de ocupações de terra em relação ao período anterior. **3º Período: entre 1996 e 2000** — Intensificação da mobilização em torno da luta pela terra: é o período de maior média anual de ocupações e de famílias envolvidas nessas ações. Há um significativo aumento da média anual de conflitos por terra (90%) e também da média anual de famílias envolvidas nesses conflitos (142%). **4º Período: entre 2001 e 2002** — Refluxo em todos os indicadores de conflitos e das diferentes formas de violência em relação ao período anterior, no rastro das medidas criminalizadoras dos movimentos sociais do governo FHC. Todavia, esse período é o terceiro, na média anual de Conflitos, assim como na média anual de famílias envolvidas tanto em ocupações como nos conflitos por terra. É de se destacar a queda no número de famílias expulsas pelo poder privado em 46% na média anual. E também queda de 34,8% no número de pessoas presas e 38,7% no de famílias despejadas pelo poder público. **5º Período: entre 2003 e 2009** – É o período de maior conflitividade em toda a série histórica de 25 anos. É o período recordista na média anual de conflitos e o segundo na média anual de famílias envolvidas nesses conflitos, com níveis praticamente iguais aos do 1º período. É o segundo em relação à média anual de ocupações e de famílias envolvidas nas mesmas. Só perde para o período 1996-2000. Do lado do poder privado, o número de famílias expulsas atinge a maior média anual, e houve retomada dos assassinatos. Em 2003 o número de pessoas assassinadas retomou os níveis do período de maior violência (1985-1990), muito embora nos anos subsequentes retornasse a uma média anual de 39 assassinatos. "Também nesse o período se deu a maior média anual de famílias despejadas – 22.000 famílias por ano – e de 380 pessoas presas anualmente". Já o **6º período de 2010-2014**, pode-se ser mencionado como a reforma agrária mínima, ou seja, um aumento de 0,7% nos conflitos no campo, passando de 17,1% para 17,8% e de 6% para 8% no número de assassinatos no campo. Utilizou-se da regularização fundiária como reforma agrária atingindo, portanto, patamares menores do que todos os governos anteriores, inclusive do regime militar.

terras públicas na Amazônia Legal[9], sobretudo, com as MPs 455/2005[10], 422/2008 e 458/2009, conforme nos revela insistentemente Oliveira (2010; 2010a; 2015).

> Para o governo atual e para 'alegria' dos grileiros, acredita-se, junto com uma parte dos ambientalistas, que se regularizando a propriedade privada da terra, o agrobanditismo não desmatará mais aquele bioma [leia-se Amazônia] (OLIVEIRA, 2010, p. 18).

Essa perspectiva é um mero engano, pois, os crimes e violências continuam presentes no campo brasileiro e favorecem a grilagem das terras devolutas em todos os estados do Brasil. Por isso, a reforma agrária está sendo renegada em detrimento do agronegócio que se ancora no violento latifúndio colonial, travestido pelo moderno e pela modernidade e na verdade constitui-se de um agrobanditismo.

Luta e resistência na sangrenta marcha pela reforma agrária

A apropriação desigual das terras é um dos fatores mais importantes responsáveis por grande parte dos conflitos sociais que ocorrem no país e está na origem da desigualdade de poder político, econômico e de prestígio na sociedade brasileira como um todo (GONÇALVES, 2012, p. 50).

No decorrer histórico da luta pela terra no Brasil, os direitos dos camponeses, ribeirinhos, comunidades indígenas e quilombolas sempre foram subjugados pelos interesses antagônicos dos capitalistas.

A violência no campo brasileiro não é só um ato contra indivíduos e sim um ato contra uma resistência camponesa, contra uma luta que visa à mudança de estrutura fundiária em um país com milhões de quilômetros quadrados de terras agricultáveis, mas que poucos detêm o poder sobre ela. Como há tempos o Bispo Dom Pedro Casaldáliga já nos dizia:

> Comprometemo-nos a viver uma 'ecologia profunda e integral', propiciando uma política agrária-agrícola alternativa à política depredadora do latifúndio, da monocultura, do agrotóxico. Participaremos nas transformações sociais, políticas e econômicas, para uma democracia de 'alta intensidade' (CPT, 2010 p. 165).

9 Refere-se à área de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) criada com a Lei nº. 1.806 de 1953, cujo objetivo era planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica. Atualmente, ela corresponde à área dos Estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), acrescidos da totalidade do Estado de Mato Grosso e dos municípios do Estado do Maranhão situados a oeste do meridiano 44º O. Em sua configuração atual, equivale a área de atuação da SUDAM — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia criada em 1966. A Amazônia Legal corresponde a cerca de 60% do território brasileiro

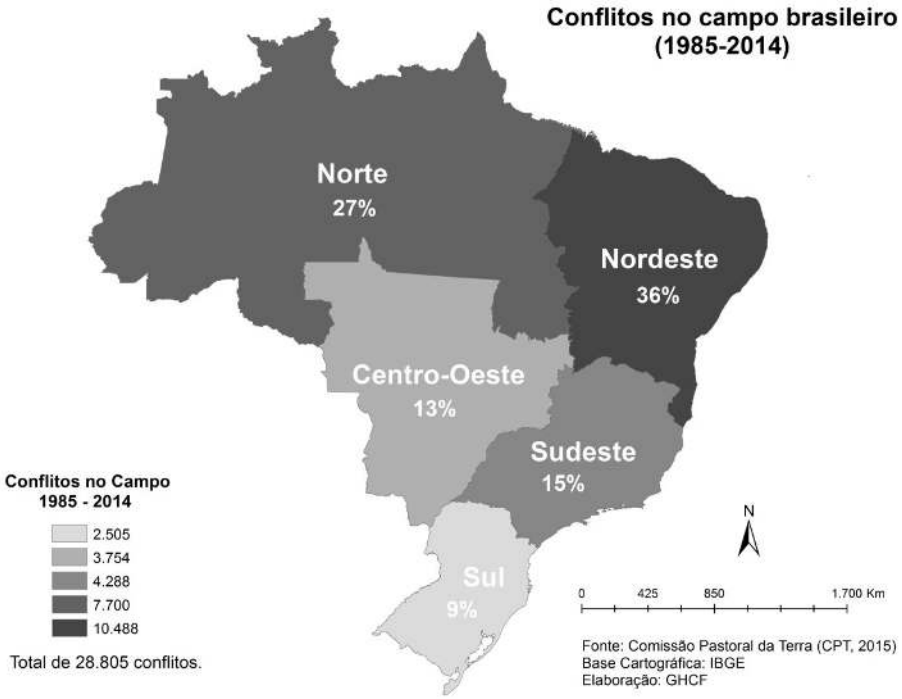
10 Medida Provisória do Bem, dos grileiros das terras públicas da Amazônia Legal.

A política oficial do país subordina-se aos ditames implacáveis do sistema capitalista e apoia e estimula abertamente o agronegócio (CPT, 2010 p. 169).

E dessa forma, é de suma importância analisar os dados que a CPT disponibiliza sobre os conflitos no campo brasileiro, uma vez que são reflexo geográfico e social da situação delicada em que a luta pela terra se encontra.

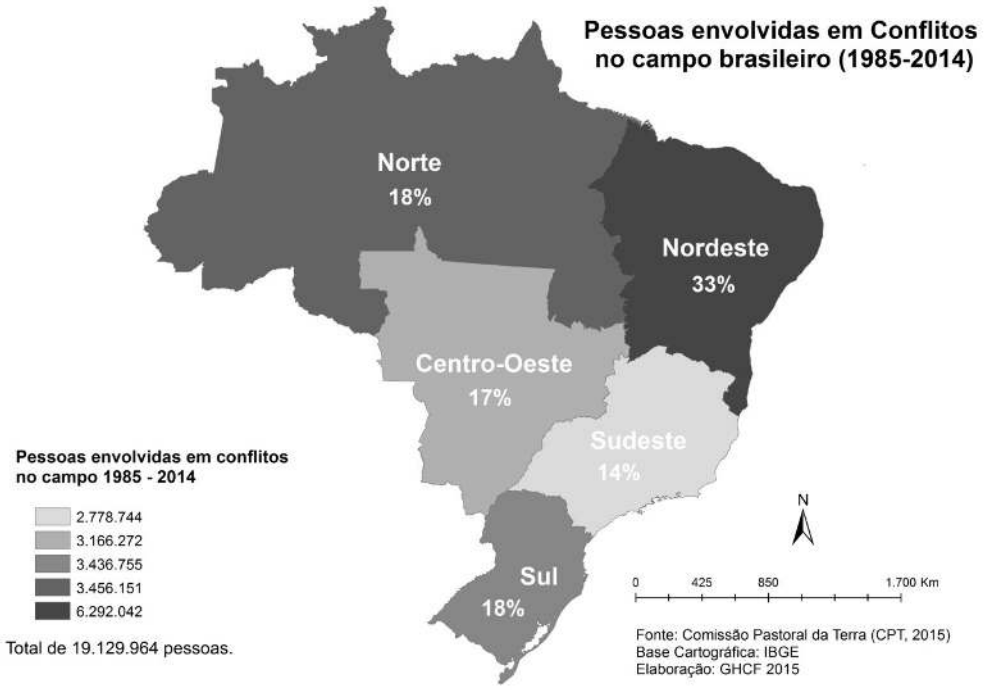
Nos Mapas 1 e 2 pode-se verificar a distribuição dos conflitos por terra e a quantidade de pessoas envolvidas em conflitos no campo brasileiro no período de 1985 a 2014.

Mapa 1. Conflitos por terra no campo brasileiro (1985-2014).



Fonte: CPT (2015).

Mapa 2. Pessoas envolvidas em conflitos no campo brasileiro (1985-2014).



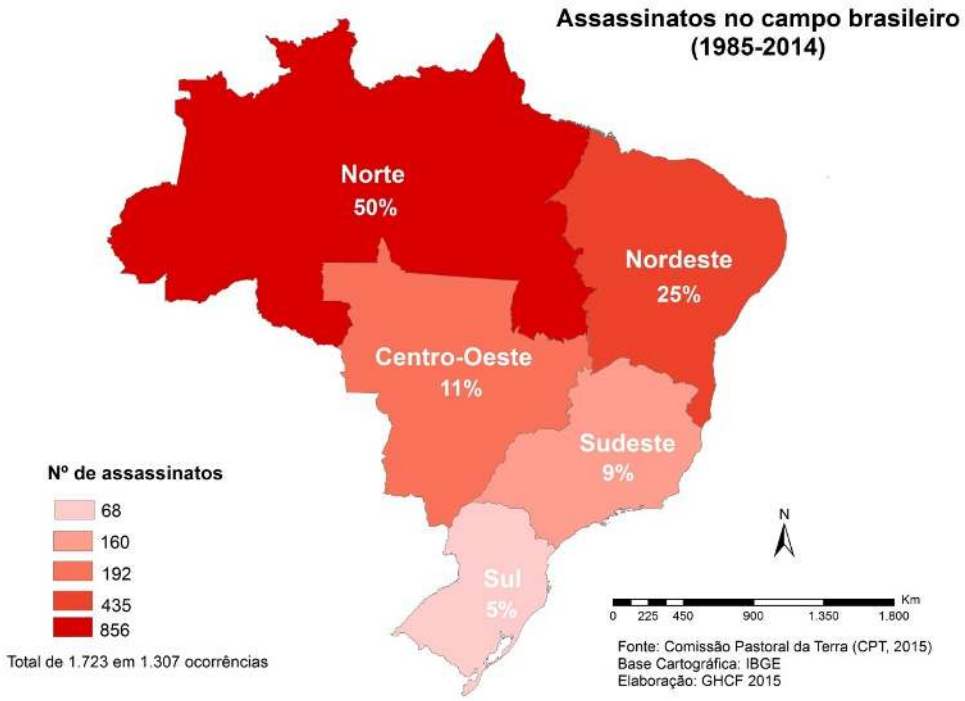
Fonte: CPT (2015).

No período de 1964-1985 registrou-se um total de 1.106 assassinatos de camponeses e lideranças no campo brasileiro, sendo: 413 no Nordeste, 301 no Norte, 135 no Centro-Oeste, 197 no Sudeste e 60 no Sul (OLIVEIRA, 1996). Quando distribuído os dados, nota-se que somente o estado do Pará registrou um total de 271 assassinatos no período da Ditadura Militar, equivalente a 24,5% do total, seguido pelo Maranhão com 128 assassinatos ou 11,6% do total.

Por fim, quando analisado apenas a Amazônia Legal (AM, AC, AP, RO, RR, PA, TO, MT e PA), contabiliza-se um total de 496 assassinatos, ou seja, 44,8% do total no período da Ditadura Militar, e ao dividir por ano constata-se um total de 23 assassinatos por ano somente na Amazônia Legal.

Embora a região Norte conte com a metade dos casos de assassinato no campo entre o período de 1985-2014, conforme nos informa os mapas a seguir, os dados são bem maiores se compreendermos toda a Amazônia Legal, uma vez que somamos os casos envolvidos no Mato Grosso e no oeste do Maranhão.

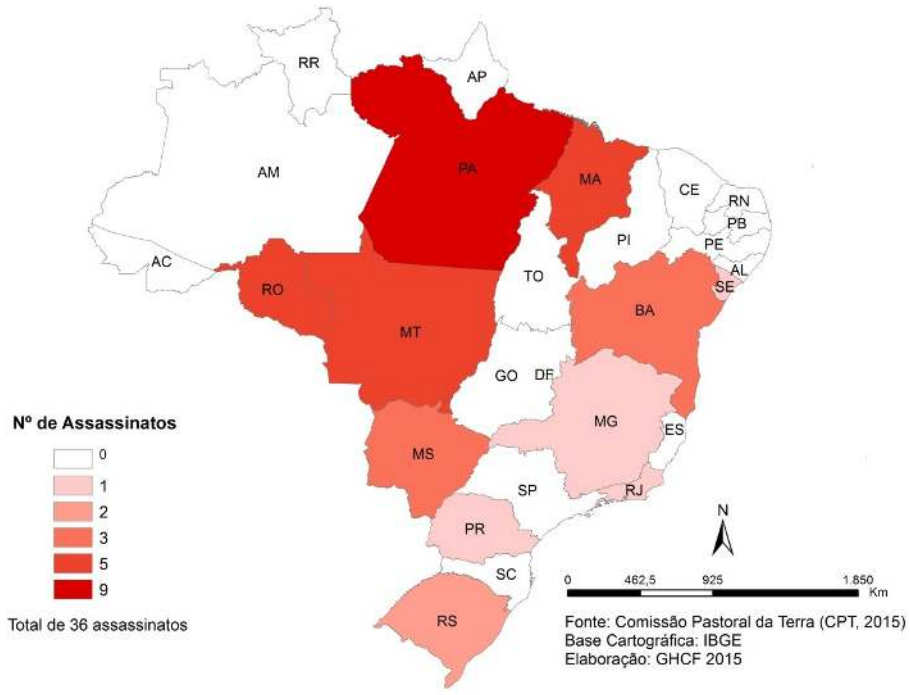
Mapa 3. Assassinatos no campo brasileiro (1985-2014).



Fonte: CPT (2015).

Nesses trintas anos de conflitos e violência registrados pela CPT, pode-se afirmar que são marcados pela impunidade, pois, das 1.307 ocorrências de assassinatos, apenas 108 foram a julgamento, com a condenação de 86 executores e apenas 28 mandantes. Trata-se de uma realidade sangrenta que marca a terra em todas as regiões do país.

Mapa 4. Assassinatos no campo brasileiro (2014).



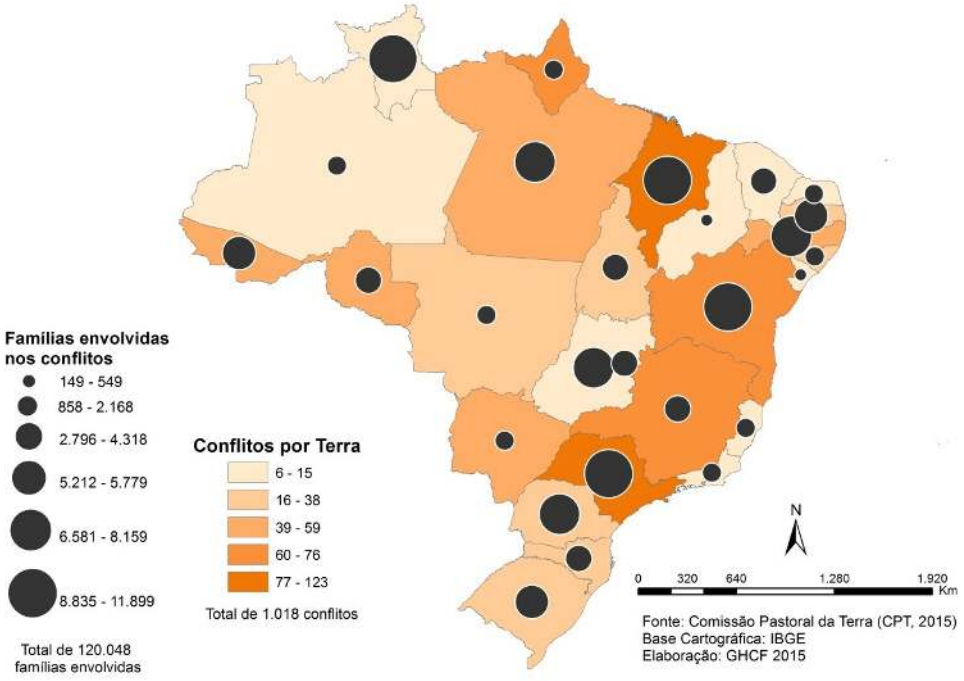
Fonte: CPT (2015).

A partir dos dados presente no Mapa 4, pode-se confirmar que o estado com maior número de assassinatos é o Pará, com 9, seguido por Rondônia e Mato Grosso com 5 assassinatos. Ao comparar com os dados de 2013 houve um crescimento no Pará de 6 para 9 assassinatos e em Rondônia um aumento de 1 para 5 assassinatos em 2014.

Dentre o registro total, nota-se que 22% são de mulheres assassinadas em conflitos. Cinco lideranças assassinadas já haviam recebido ameaças de mortes, sendo uma mulher. Um último dado importante sobre a barbárie no campo brasileiro no ano de 2014 é o aumento das tentativas de assassinatos; de 15 tentativas em 2012, registrou-se 56 em 2014, um crescimento de 273%.

No próximo mapa constam os dados referentes aos conflitos por terra e famílias envolvidas no Brasil – 2014. Trata-se de um enfrentamento constante em todos os estados brasileiros.

Mapa 5. Conflitos por terra e famílias envolvidas no Brasil (2014).

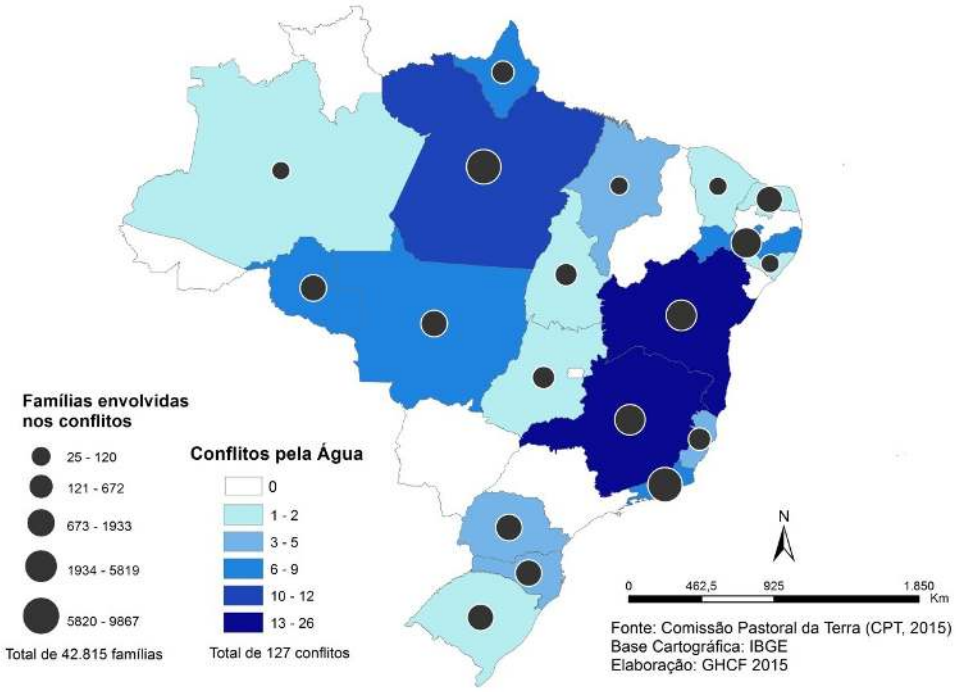


Fonte: CPT (2015).

Uma constatação importante presente no Mapa 5 é que muitas vezes há uma sobreposição com outros conflitos identificados pela CPT. Como exemplo constatou-se em 2014, um montante de 127 ocorrências em conflitos por água, envolvendo 42.815 famílias e 214.075 pessoas em 18 estados brasileiros. Temos, portanto no Brasil, um conflito por água a cada 3 dias no país.

Ao analisar os dados referentes aos anos anteriores nota-se um aumento frequente, como pode-se observar que desde 2005 já totalizam 9 assassinatos nas estatísticas da CPT em conflitos por água. No mapa 6 a seguir, pode-se verificar a espacialização dos conflitos por água no Brasil.

Mapa 6. Conflitos por água e famílias envolvidas no Brasil (2014).

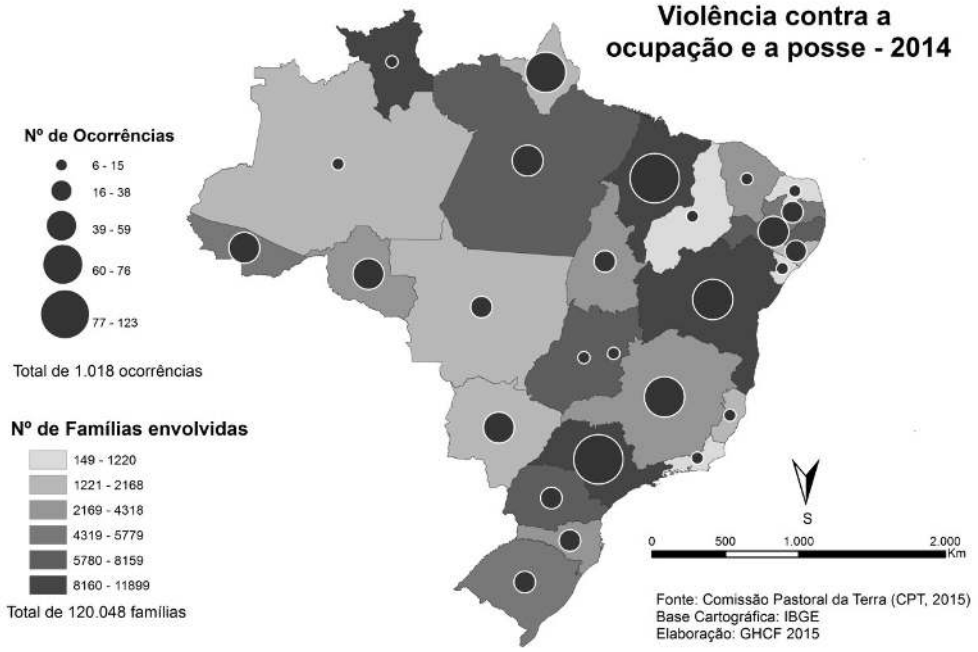


Fonte: CPT (2015).

Os estados da Bahia e Minas Gerais possuem respectivamente 26 conflitos, envolvendo 10.020 famílias, seguido pelo estado do Pará com 12 conflitos com 9.867 famílias. Nesse cenário, pode-se afirmar que o agrohidronegócio enquanto apropriação capitalista da terra, das águas e dos recursos naturais, sendo responsável por uma parte significativa da mercantilização indireta e direta da água no campo e faz com que os movimentos sociais vivenciem uma "guerra" para pleitear o acesso à água. Tal situação é oriunda das barragens, irrigação em grandes projetos agropecuários, contaminação da água por mineradoras e grandes obras de diferentes setores produtivos, como salientou Garzon (2010).

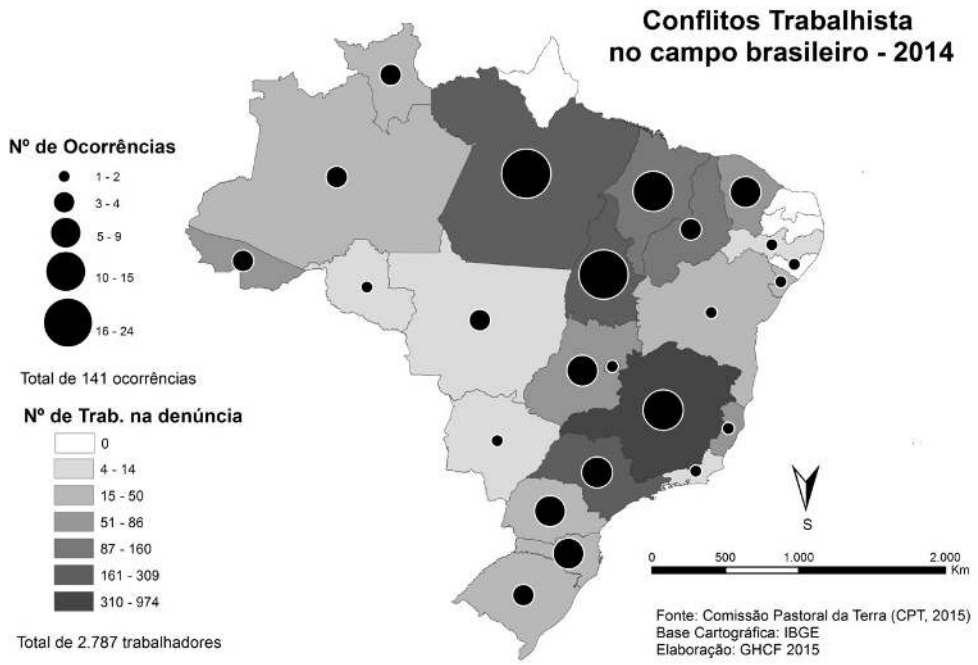
Nos próximos mapas é possível verificar a violência contra a ocupação e posse, os conflitos trabalhistas e as manifestações de pessoas envolvidas no campo brasileiro no ano de 2014. Trata-se de leituras pertinentes que revelam a espacialização e territorialização de diferentes conflitos que muitas vezes estão sobrepostos na realidade.

Mapa 7. Violência contra a ocupação e posse (2014).



Fonte: CPT (2015).

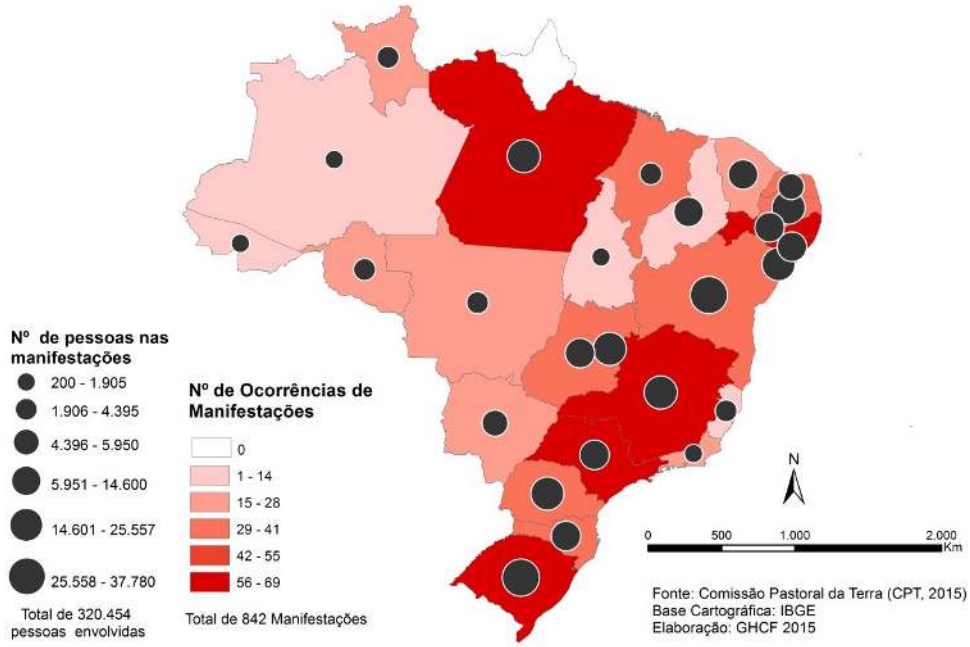
Mapa 8. Conflitos Trabalhistas no campo brasileiro (2014).



Fonte: CPT (2015).

Além das denúncias de trabalho escravo no campo, houve 35 denúncias de trabalho escravo na área urbana, envolvendo 665 trabalhadores, dos quais 511 foram resgatados. O Pará, Tocantins e Minas Gerais lideram as denúncias envolvendo trabalhadores em situação análoga à escravidão.

Mapa 9. Manifestações e pessoas envolvidas no campo brasileiro (2014).

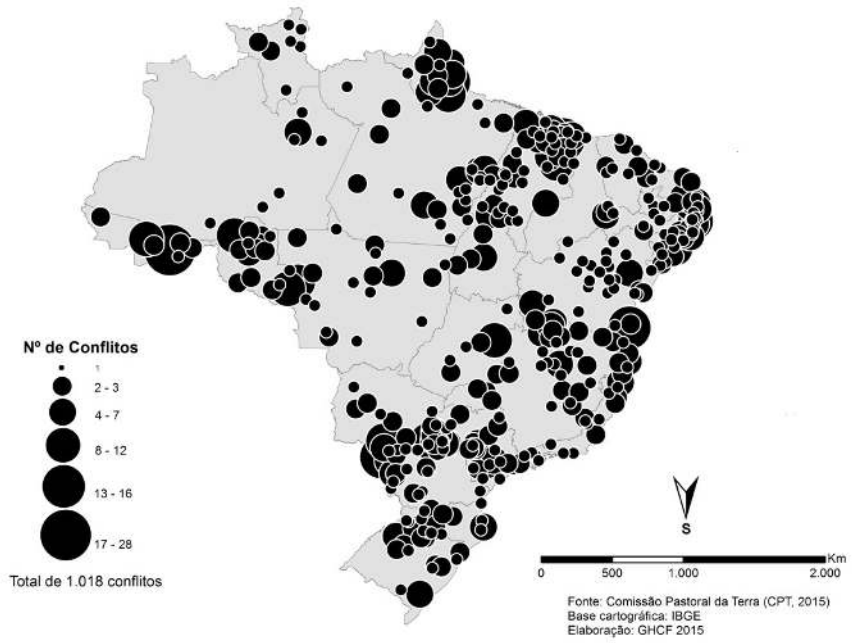


Fonte: CPT (2015).

No registro das manifestações que são prolongadas (marchas, jornadas etc.), para a contagem dos participantes, considera-se o maior número de pessoas informadas, na última data e, registram-se os atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação. Essas manifestações estão ancoradas em ações coletivas dos camponeses que protestam contra atos violentos, ou mesmo violação de direitos e, sobretudo, reivindicando políticas públicas frente aos acordos e promessas, uma vez que o último Plano Nacional de Reforma Agrária data de 2003, por sinal não executado.

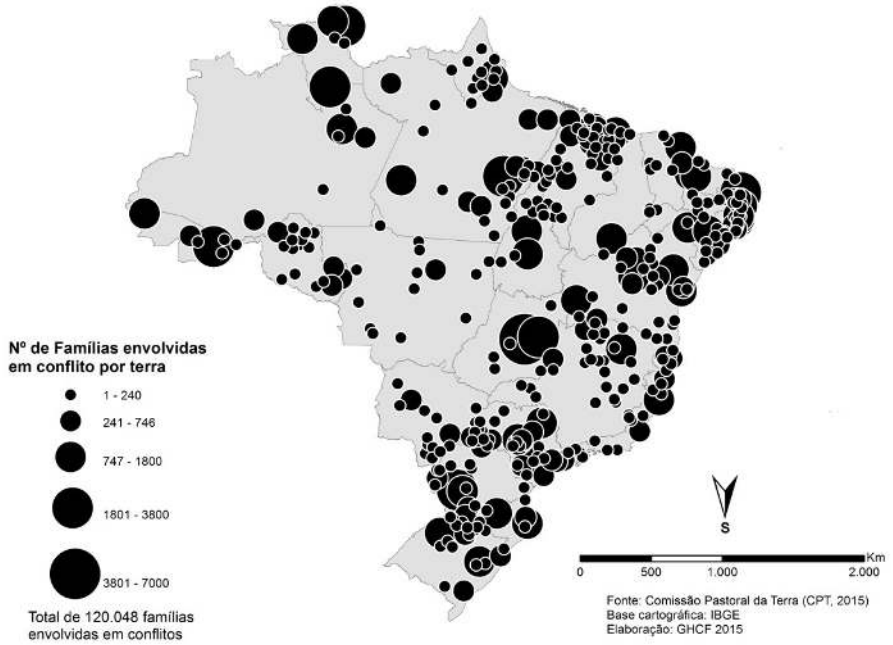
Nesse contexto, reafirma-se que a não reforma agrária e a contrarreforma agrária estão presentes. Mas, contraditoriamente, há lutas e resistências, sejam elas oriundas dos posseiros, indígenas, quilombolas e acampados conforme pode-se verificar nos dados de 2014 sobre o campo brasileiro nos mapas a seguir, que tratam respectivamente do Número de conflitos por terra e do Número de famílias envolvidas em conflitos por terra no Brasil em 2014.

Mapa 10. Número de conflitos por terra no Brasil (2014).



Fonte: CPT (2015).

Mapa 11. Número de famílias envolvidas em conflitos por terra no Brasil (2014).



Fonte: CPT (2015).

A partir desses mapas pode-se compará-los com a tabela a seguir e verificar os municípios de cada estado que lideraram os conflitos por terra no decorrer do ano de 2014.

Tabela 2. Municípios com maior número de conflitos por terra no Brasil (2014).

Cidade	UF	Nº de Conflitos	Famílias
Rio Branco	AC	28	3.357
Tartarugalzinho	AP	16	233
Buerarema	BA	16	200
Belágua	MA	14	315
Amambaí	MS	13	190
Afuá	PA	12	307
Moreno	PE	12	847
Brasília	DF	11	2.796
Marabá Paulista	SP	11	282
Teotônio Vilela	AL	9	573
Porto Velho	RO	9	420
Vilhena	RO	9	746
Florianópolis	SC	7	1.450
Palmeirante	TO	7	203
Porto Nacional	TO	7	858
Santa Rita	PB	6	477
Manaus	AM	5	1.217
Conceição da Barra	ES	5	258
Januária	MG	5	500
União do Sul	MT	5	294
Curral Novo do Piauí	PI	5	49
Guaíra	PR	5	113
Capão do Leão	RS	5	650
Ararendá	CE	3	120
Corumbá de Goiás	GO	3	7000
João Câmara	RN	3	120
Campos dos Goytacazes	RJ	2	710
Alto Alegre	RR	2	1.142
São Cristóvão	SE	2	217

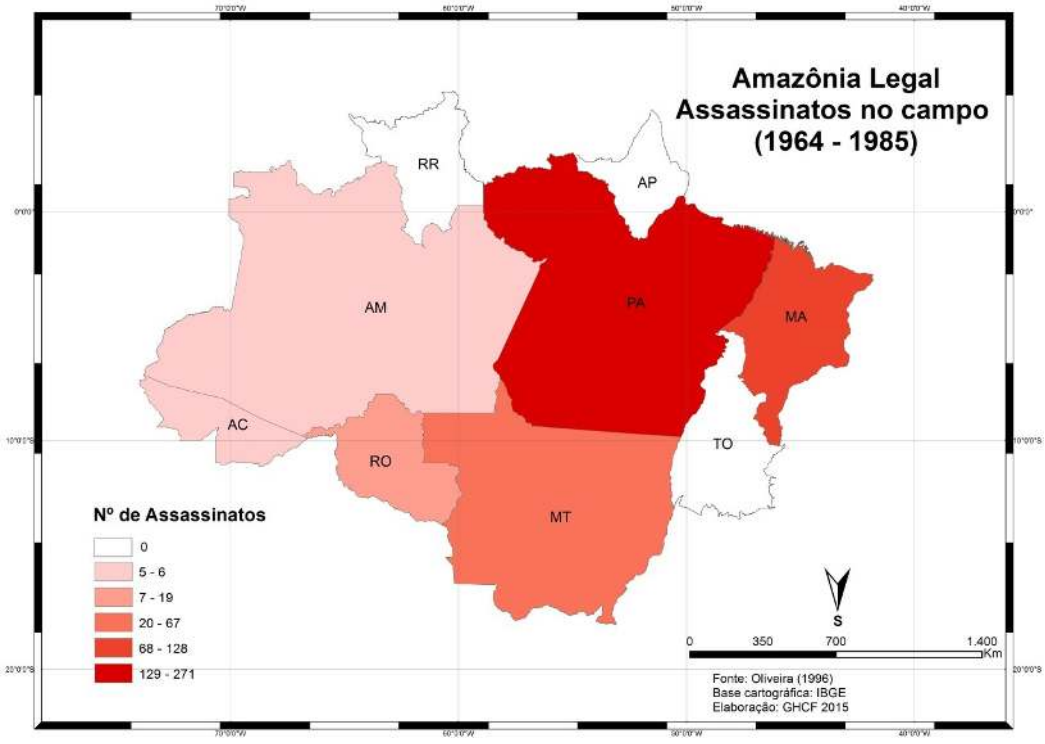
Total	237	25644

Fonte: CPT (2015).

Trata-se de uma realidade conflitiva no campo que se estende para as cidades. Cabe salientar conforme os mapas 10 e 11 que os conflitos estão presentes em todos estados e envolvem muitas famílias que lutam por uma fração do território e, por isso, estão em constantes conflitos com o agronegócio, mineradoras e grandes projetos públicos e privados, que em partes contribuem para inviabilizar a uma verídica reforma agrária no país.

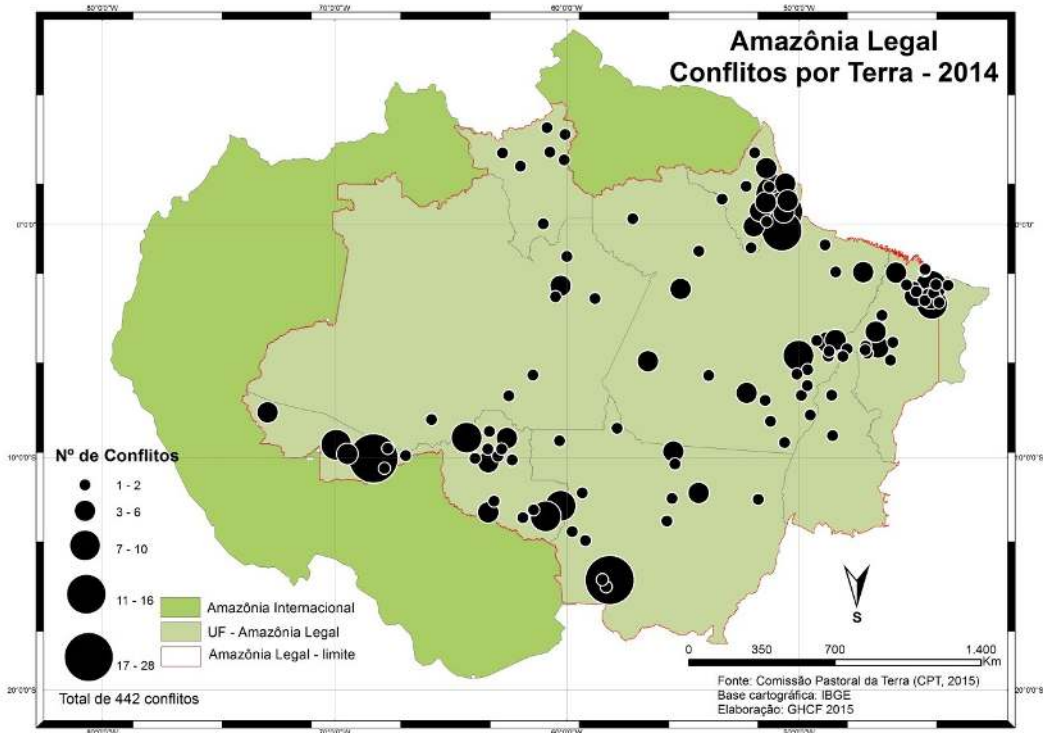
Por fim, é possível verificar os mapas 12 e 13 que tratam da Amazônia Legal brasileira. No primeiro é possível acompanhar os assassinatos ocorridos nessa região no período de 1964-1985, ou seja, da Ditadura Militar. Trata-se da região com o maior número de assassinatos no campo brasileiro nos últimos trinta anos. Enquanto o segundo revela a quantidade de conflitos por terra em 2014 e em diálogo com a Tabela 2, nota-se que das 27 cidades com o maior número de conflitos por terra no Brasil em 2014, 11 localizam-se na Amazônia Legal, o equivalente a 40,7% dentre os dados organizados na referida tabela.

Mapa 12. Amazônia Legal – assassinatos no campo (1964-1985).



Fonte: OLIVEIRA (1996).

Mapa 13. Amazônia Legal – conflitos por terra (2014).



Fonte: CPT (2015).

A Amazônia Legal em 2014 totaliza 43,4% dos conflitos por terra no Brasil. Trata-se, portanto, de uma região com altos índices no tocante aos conflitos por terra e, consequentemente, de violência contra os camponeses. A fronteira agrícola brasileira que hoje cerca a Amazônia foi gestada na Ditadura Militar, e atinge hodiernamente índices ascendentes ano após ano, envolvendo o desmatamento, a violência e a barbárie no campo.

Mortes e perda de biodiversidade justificada e mascarada em nome da expansão do capital no campo brasileiro e da ganância por concentração de terras, rotuladas como o agronegócio moderno do Brasil. Tão moderno em suas máquinas e tão arcaico em suas relações sociais. Madeira, grãos e terras manchadas de sangue de camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta e tantos outros.

Considerações Finais

> A conclusão é que terra é mais do que terra. Este símbolo, que se liga visceralmente à vida, é propriamente o lugar histórico dessas lutas, sucessoras das mais primitivas lutas dos índios, dos negros e dos camponeses que, na sofrida busca do próprio chão, foram descobrindo as outras dimensões do seu combate. Terra é dignidade, é participação, é cidadania, é democracia. Terra é festa do povo novo que, através da mudança, conquistou a liberdade, a fraternidade e a alegria de viver! (BALDUÍNO, 2004 p. 24-25).

A barbárie continua a ferro e fogo no campo brasileiro! Prova disso são os 36 assassinatos em 2014, ou seja, 3 por mês ou um a cada 10 dias.

Os conflitos por terra, trabalhistas, água, tempos de seca, política agrícola e garimpo, somaram 1.286 ocorrências em 2014, ou 107 por mês, mais que 3 conflitos por dia, envolvendo 817.102 pessoas nesses conflitos em 8.134.241 hectares.

Ao analisar o período de 1985-2014, deparamos com 29.638 conflitos, ou seja, uma média de 987 conflitos por ano, 82 conflitos por mês ou quase 3 conflitos por dia ocorridos no campo brasileiro nos últimos trinta nos.

> Portanto, a grilagem das terras públicas, particularmente do INCRA, é uma das faces do porque a reforma agrária não é implantada pelo governo federal do Partido dos Trabalhadores. A outra decorre da diminuição da ação política dos movimentos socioterritoriais, particularmente o MST, e da área sindical rural nos últimos 10 anos. Segundo os dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra, entre 2004 e 2013, as ocupações e retomadas de terras foram reduzidas de 496 para 230, ou seja, caíram 115%. Os novos acampamentos que redundam do processo político da luta nas ocupações de terras que foram 150 em 2004 ficaram reduzidos a 14 em 2013. Assim, sem pressão política, o governo do PT passou a reduzir drasticamente as ações de implantação da reforma agrária (OLIVEIRA, 2015 p. 27).

Entretanto, nota-se na história da luta pela terra no Brasil em que por mais que as elites se valessem de meios de concentração e apropriação das mais diversas sortes, suas ações sempre foram acompanhadas por respostas e pressões sociais. A cada movimento visando à concentração de terras nas mãos de poucos, a sociedade respondia com suas estratégias de sobrevivência.

> Assim, novos sujeitos sociais passaram atuar nesses conflitos por terra e território. Ao lado dos camponeses sem terra que diminuíram seu envolvimento com a luta pela terra e pela reforma agrária, despontaram os camponeses posseiros na luta pela terra. E, por outro lado, emergiram também os povos indígenas e quilombolas em luta pela e marcação de seus territórios ainda não demarcados pelo Estado. Em consequência dessas lutas a barbárie aumentou no campo brasileiro em 2013 onde 34 pessoas assassinadas e outras 241 ameaçadas de morte. Assim, a soma dos conflitos entre 2003 e 2013 já chegou a 16.100, o que equivale a uma média diária de 4 novos conflitos. Nesses onze anos de conflitos foram assassinadas 404 pessoas, sinalizando uma média anual de 36 mortes ou uma morte a cada 10 dias. É por isso, que a barbárie continua no campo brasileiro enquanto o Estado não faz a reforma agrária, mas, faz a contra-reforma agrária para o agronegócio (OLIVEIRA, 2015 p. 28).

Na história recente, temos a inserção maciça de capital no campo, muitas vezes internacional, gerando uma nova onda de expropriação camponesa. Trata-se de uma expansão dos latifúndios no Cerrado e na Amazônia, ancorado na grilagem das terras públicas e da fragilização da legislação ambiental. Nesse contexto, há uma eminente luta camponesa pela sua manutenção ou recriação, e como uma contrarresposta às pressões sociais, impera a violência e a barbárie do latifúndio.

Além desse cenário, como se não bastassem tantos trâmites encontrados nas entrelinhas, o governo Lula legalizou as grilagens de terras na Amazônia, com a Medida Provisória 458. Uma região de conflitos agrários intensos, fronteira agrícola, arco do desmatamento da floresta amazônica, e com essa legalização, a situação tende a ficar mais conflitiva. É uma estratégia para que o agronegócio avance sobre as terras amazônicas.

> Assim, o governo de Luiz Inácio e do Partido dos Trabalhadores revelou à sociedade brasileira sua verdadeira face em relação à reforma agrária: **não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la apenas nas áreas onde ela possa "ajudar" o agronegócio**. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio, quer dizer, da agricultura capitalista mundializada no Brasil. (OLIVEIRA, 2010b p. 76, grifo do autor)

As artimanhas políticas, sobretudo, da bancada ruralista[11], agravam a

11 Trata-se de uma frente parlamentar que atua na defesa dos interesses do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa e dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária no Brasil; sua origem está atrelada à União Democrática Ruralista (UDR) a partir da década de 1980.

violência no campo, cuja origem não se restringe apenas na concentração fundiária, mas também pela garantia dessa concentração, que pode contar com a benevolência do Estado em diferentes instâncias, do judiciário, das forças repressivas e se preciso, de capangas[12] armados. Dessa forma, o caminho possível está ancorado na reforma agrária popular e agroecológica, uma vez que,

> A Reforma Agrária seria, assim, o caminho mais rápido para eliminar a fome e a miséria que dominam no Brasil; de realizar o sonho de figuras como Joaquim Nabuco. Caio Prado Júnior e Josué de Castro, que estudaram o problema, e dos milhares de lutadores que propagaram e defenderam a Reforma Agrária, desde Vicente Ferreira de Paula, líder dos cabanos de Pernambuco e Alagoas, até Antônio Conselheiro, o líder de Canudos, Gregório Bezerra, herói de 1964, e os heróis e mártires que se sacrificaram ou foram mortos em defesa das reformas (ANDRADE, 2005, p. 277).

Por isso, constata-se que a luta pela terra está carregada de sentidos, ideologia e necessidades de ordem econômica e social e, infelizmente, se esvai em nossa sociedade que adere em partes aos discursos da elite, dos governantes, de uma oligarquia fundiária e burguesa, da modernidade das máquinas, da monocultura de exportação, dos agrotóxicos, e dos transgênicos como se fossem mais produtivos e tecnológicos no campo brasileiro, esquecendo-se daqueles que produzem de fato nossos alimentos, ou seja, os camponeses cujo trabalho familiar está respaldado na terra de trabalho e vida (OLIVEIRA, 2003).

Dentro desse processo contraditório no campo brasileiro, das disputas territoriais e ideológicas entre o agronegócio e o campesinato, é que nos deparamos com a questão agrária brasileira, marcada pela discrepância de ações governamentais em prol do latifúndio.

A leitura dos dados da CPT no período 1985 a 2014 permite reafirmar a existência de uma teoria sobre os conflitos e da barbárie no campo brasileiro, cuja alternativa perpassa uma ampla e verídica "reforma agrária popular e agroecológica" como apregoado por muitos movimentos socioterritoriais brasileiros. Dessa forma, a CPT luta por direitos humanos que historicamente são violados e violentados sob a égide da "democracia". Nesse sentido, há uma luta para derrubar as cercas do latifúndio, da imprensa, da educação, do judiciário, do legislativo entre tantas responsáveis pela criminalização e obstrução da reforma agrária no Brasil.

12 Podem ser denominados ainda como: jagunços, pistoleiros e seguranças, cujo objetivo é o mesmo: expulsar, ameaçar e por vezes assassinar camponeses, indígenas, quilombolas, lideranças, entre outros.

Referências

ANDRADE, Manuel C. de. *A terra e o homem no Nordeste:* contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.

BALDÚINO, Dom Tomás. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (orgs.) *O campo no século XXI.* São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

____. Testemunho e profecia. In.: CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2009.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOMBARDI, Larissa Mies. O *Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa.* São Paulo: Annablume, 2004.

CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina.* Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COLETTI, Claudinei. *A Estrutura Social no Campo:* A propósito da organização dos assalariados rurais da região de Ribeirão Preto. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2009.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

___. *Conflitos no Campo Brasil 2014.* Goiânia: CPT Nacional, 2015.

GARZON, Luis F. N. Soberania empresarial versus soberania social – conflitos pela água no Brasil 2009. In.: CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2009.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GIRARDI, Eduardo. P. *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira.* 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://www.fct.unesp.br/ nera/atlas>. Acesso em: 10 out. 2014.

GONÇALVES, Carlos Walter P. *Amazônia, Amazônias.* São Paulo: Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A Geografia das lutas no campo.* São Paulo: Contexto, 1996.

____. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Terra Livre,* São Paulo, AGB, ano 19, v. 2, n 21, p. 113-156, jul/dez 2003.

____. *Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.* São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

____. A MP 458 e a contra-reforma agrária na Amazônia. In.: CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2009.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

___. *O Estado e a Reforma Agrária no Brasil ou...* O sonho sonhado junto não virou realidade... São Paulo: USP, 2010a. (Relatório de Pesquisa).

____. A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil — um retorno aos dossiês. *Agrária,* São Paulo, n. 12, pp. 3-113, 2010b.

____. Reforma agrária, grilagem das terras públicas e a luta pela terra e território no Brasil. In.: EGAL, Havana - Cuba, *Anais...* 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo R. R. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. In.: CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2009.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Sobre os autores

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira: geógrafo pela PUC-Campinas, Mestre e Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo — USP. Pesquisador do Laboratório de Geografia Agrária – FFLCH-DG/USP. Professor do Departamento de Geociências – Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Ricardo Manffrenatti Venturelli: geógrafo pela Universidade Estadual de Londrina – UEL e Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo — USP. Professor da Rede Pública do Estado de São Paulo e do Centro Paula Souza de Educação Tecnológica do Estado de São Paulo.

* * *

ABSTRACT

The land pastoral commission and the 30 years of documentation about the brazilian field 1985-2014

The current struggle for land and territory in Brazil is derived from countless conflicts and disputes that permeate the country's history. From this premise, the present paper aims to analyze the role of the Land Pastoral Commission (CPT), whose actions are guided by different registers of conflicts in the field and, above all, to strengthen the struggle and resistance of the peasants. Therefore, it is an institution with countless facets when assuming a broad commitment together with the peasants and workers. In this way, the analysis of some data in the period from 1985 to 2014 allow to infer about the theory of conflict and barbarism in the Brazilian field, whose alternative elapses a broad "popular agrarian reform and agroecological".

KEYWORDS: fight for land; Land Pastoral Commission; peasantry; conflict.

RESUMEN

La comisión pastoral de la tierra y 30 años de la documentación en el campo brasileño 1985-2014

La actual lucha por la tierra y el territorio en Brasil se deriva de numerosos conflictos y disputas que impregnan la historia del país. A partir de esta premisa, el presente trabajo tiene como brasileño, que se ejecuta través de una amplia alternativa de "reforma objetivo examinar el papel de la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT), cuyas acciones están guiadas por los diferentes registros de los conflictos en el campo y, sobre todo, para fortalecer la lucha y la resistencia de los campesinos. Por lo tanto, es una institución con muchas facetas para dar un amplio compromiso junto con los campesinos y obreros. Por lo tanto, el análisis de algunos datos en el período 1985-2014 se puede inferir sobre la teoría del conflicto y la barbarie en el campo brasileño, cuja alternativa es una amplia " reforma agrária popular y agroecologica".

PALABRAS CLAVE: lucha por la tierra; Comisión Pastoral de la Tierra; campesinato; conflicto.